

A DIPLOMACIA COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA A MANUTENÇÃO DA SOBERANIA DAS NAÇÕES

GABRIEL LUIS DE OLIVEIRA ARAÚJO

Graduado, Universidade Cruzeiro do Sul, RJ

gabrielluisoliveiraaraujo@gmail.com

ISAÍAS LUIS DE ARAÚJO JÚNIOR

Mestre, Faculdade Vitória em Cristo, RJ

prof.isaias@faculdadevitoriaemcristo.edu.br

YOHANS DE OLIVEIRA ESTEVES

Doutor, Faculdade Vitória em Cristo, RJ

prof.yohans@faculdadevitoriaemcristo.edu.br

BRUNO DA SILVEIRA ALBUQUERQUE

Doutor, Faculdade Vitória em Cristo, RJ

prof.bruno@faculdadevitoriaemcristo.edu.br



Resumo:

A diplomacia é parte fundamental das Relações Internacionais e, segundo grande parte dos teóricos, sua origem pode ser traçada aos primórdios da civilização humana. O Congresso de Vestfália, no entanto, é considerado como a primeira relação formal entre Estados-Nação. Os princípios fundamentais do sistema internacional moderno, incluindo a soberania dos Estados, a igualdade entre as nações e a não intervenção em assuntos internos tiveram suas bases lançadas nesse evento que encerrou a Guerra dos Trinta Anos. Os Tratados de Münster e Osnabruque foram o primeiro documento oficial a reconhecer a soberania de estados-nação. A diplomacia tornou-se, assim, instrumento essencial para a manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como para a promoção da cooperação entre Estados; mas também estabelece um papel fundamental para a manutenção da soberania dos Estados Nacionais ainda hoje.

Palavras-chave: Diplomacia; Relações Internacionais; Soberania; Westfália.



Abstract:

Diplomacy is a fundamental part of International Relations and, according to many theorists, its origins can be traced back to the dawn of human civilization. The Congress of Westphalia, however, is considered the first formal relationship between nation-states. The fundamental principles of the modern international system, including the sovereignty of states, the equality among nations, and non-intervention in internal affairs, were established during the event that concluded the Thirty Years' War. The Treaties of Münster and Osnabrück were the first official documents to recognize the sovereignty of nation-states. Diplomacy has thus become an essential instrument for maintaining international peace and security, as well as for promoting cooperation among states; it also plays a fundamental role in upholding the sovereignty of nation-states even today.

Key-words: Diplomacy; INternational Relations; Sovereignty; Westphalia.



Origem da Diplomacia

A origem da diplomacia remonta aos primórdios da civilização humana. Desde os primeiros encontros entre grupos humanos, houve a necessidade de estabelecer comunicação e acordos para evitar conflitos. Os primeiros registros escritos de diplomacia datam da Mesopotâmia, por volta de 3000 a.C. Nesse período, os sumérios já celebravam tratados de paz, alianças militares e comércio.

Na Antiguidade, a diplomacia foi desenvolvida por diversas civilizações, como o Egito, a Grécia e Roma. Os egípcios, por exemplo, tinham um sistema complexo de diplomacia que incluía o envio de embaixadores, a celebração de tratados e a troca de presentes. Na Grécia, a diplomacia foi bastante desenvolvida por filósofos como Platão e Aristóteles, que defendiam a importância da negociação e da cooperação entre os Estados.

Os gregos antigos acreditavam que a diplomacia era essencial para a manutenção da paz e da estabilidade entre as cidades-Estados. Os primeiros filósofos gregos, como Tales de Mileto e Heródoto, já abordavam a importância da diplomacia. Tales argumentava que a diplomacia era necessária para evitar conflitos entre as cidades-Estados. Heródoto, por sua vez, acreditava que a diplomacia era uma forma de promover a compreensão e a cooperação entre as diferentes culturas.

Os filósofos gregos posteriores, como Platão e Aristóteles, desenvolveram ainda mais a teoria da diplomacia. Platão acreditava que a diplomacia era uma forma de alcançar a justiça e a paz entre as nações. Aristóteles, por sua vez, acreditava que a diplomacia era uma forma de promover o bem-estar da humanidade.



Em seu livro, “A República”, Platão descreve a diplomacia com fator essencial para a paz e estabilidade entre estados-nação;

“[...] A diplomacia é uma arte difícil, pois exige sabedoria, justiça e habilidade de comunicação. [...] A diplomacia é uma ferramenta essencial para a manutenção da paz e da estabilidade entre as nações. Um mundo sem diplomacia seria um mundo de guerra e conflito.” (Platão. A República. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 315-316.)

O pensamento grego sobre a diplomacia teve uma influência significativa no desenvolvimento da diplomacia moderna. Os princípios da diplomacia desenvolvidos pelos gregos antigos ainda são influentes até hoje. Talvez uma de suas maiores influências tenha sido sobre o trabalho do diplomata italiano Nicolau Maquiavel. Para Maquiavel, a origem da diplomacia está na necessidade de os Estados soberanos se relacionarem entre si para garantir sua sobrevivência e prosperidade. Essa necessidade é uma consequência da própria natureza da política, que é uma competição entre os Estados pelo poder.

Maquiavel argumenta que a diplomacia é a ferramenta essencial para a realização da política externa dos Estados. Através da diplomacia, os Estados podem negociar acordos, resolver disputas e construir alianças. A diplomacia é, portanto, um instrumento indispensável para a manutenção da paz e da ordem internacional.

A teoria de Maquiavel é reafirmada em perspectivas mais modernas; Heinz Alfred Kissinger disserta que a origem da diplomacia está



intrinsecamente ligada ao jogo de interesses dos Estados soberanos desempenharem um papel na política internacional. Para Kissinger, a origem da diplomacia está na necessidade de os Estados soberanos se relacionarem entre si para resolver seus conflitos e promover seus interesses. Essa necessidade é uma consequência da própria natureza da soberania, que confere aos Estados o direito de agir de forma independente e autônoma.

Kissinger argumenta que a diplomacia é a ferramenta essencial para a realização da política externa dos Estados. Tido como um dos principais teóricos da diplomacia moderna, ele argumenta que a diplomacia deve ser baseada nos princípios do realismo, ou seja, na ideia de que a política internacional é governada por interesses e poder, e que deve ser flexível e adaptável, de modo a poder responder às mudanças nas circunstâncias internacionais.

Kissinger analisa, então, a origem da diplomacia através de um nível sistêmico, no entanto, uma análise a nível de indivíduo também mostra-se reveladora sobre a origem das relações diplomáticas. Esta análise é proposta por Hans Joachim Morgenthau.

Para Hans Morgenthau, a origem da diplomacia está na natureza humana. Ele argumenta que os seres humanos são seres sociais que precisam interagir uns com os outros para sobreviver e prosperar. Essa interação social é governada por princípios de poder e interesse.

Em seu livro "Política entre as Nações", Morgenthau afirma que "a diplomacia é a arte de conduzir as relações entre as nações"



(MORGENTHAU, 2003, p. 5). Ele define a diplomacia como "o uso da razão e da habilidade para alcançar os objetivos de uma nação por meios pacíficos" (MORGENTHAU, 2003, p. 5).

Ao analisarmos a teoria de Morgenthau, fica evidente a influência dos estudos de Hobbes sobre sua teoria. Aos olhos de Thomas Hobbes, a origem da diplomacia está na necessidade de os Estados soberanos se relacionarem entre si para garantir sua sobrevivência e prosperidade. Essa necessidade é uma consequência da própria natureza do homem, que é egoísta e competitivo. Em seu livro "Leviatã", Hobbes argumenta que, no Estado de natureza, os homens vivem em um Estado de guerra de todos contra todos. Nesse Estado, a vida é solitária, pobre, miserável, brutal e curta.

Para escapar do Estado de natureza, os homens precisam criar um Estado soberano. O Estado soberano é uma entidade que tem o monopólio do uso da força legítima, garante a segurança e a ordem, proporcionando aos homens uma vida mais próspera e segura.

Congresso de Westfália

No entanto, os estados-nação não existiam oficialmente até a assinatura dos Tratados de Münster e Osnabruque em 1648, que encerraram a Guerra dos Trinta Anos; um conflito que ocorreu na Europa Central entre 1618 e 1648. Foi um dos conflitos mais sangrentos da história europeia, com estimativas entre 4 e 8 milhões de mortes. Teve seu início na Boêmia, após o boicote dos protestantes à eleição do católico Fernando II como rei. Em resposta, Fernando II enviou tropas para a Boêmia, o que desencadeou uma revolta.



A guerra rapidamente se espalhou para outras partes da Europa. A França e a Suécia, nações protestantes, entraram no conflito para apoiar os boêmios. A Espanha e o Sacro Império Romano-Germânico, que eram católicos, entraram no conflito para apoiar Fernando II. A guerra foi marcada por uma série de batalhas sangrentas e campanhas de saque. As cidades e aldeias foram devastadas e a população civil sofreu terrivelmente. A guerra também teve um impacto negativo na economia da Europa, pois interrompeu o comércio e a agricultura.

A guerra terminou com a assinatura do Tratado de Westfália em 1648. O tratado estabeleceu os princípios fundamentais do sistema internacional moderno, incluindo a soberania dos Estados, a igualdade entre as nações e a não intervenção em assuntos internos. Antes do Congresso de Westfália, o estabelecimento de relações diplomáticas entre povos configurava o reconhecimento de um estado-nação aos olhos internacionais. Thomas Hobbes, em "Leviatã", publicado em 1651; afirma que o Congresso de Westfália foi o início do reconhecimento oficial de estados-nação. Ele argumenta que os tratados assinados no congresso estabeleceram as bases do direito internacional como o princípio da igualdade entre os Estados e o princípio do respeito à soberania territorial. Esses princípios, segundo Hobbes, são essenciais para a existência dos estados-nação.

“[...]O tratado de Westfália, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos, foi uma época memorável na história da Europa. Os tratados que ali foram acordados, estabeleceram os princípios do direito público e internacional na Europa, e deram origem a esse sistema de Estados soberanos e independentes que tem subsistido nesta parte do mundo desde



então.”(HOBBS, Thomas. Leviatã. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. p. 184.).

A definição do Congresso de Westfália como a primeira relação formal em estados-nação foi cunhada por vários historiadores, incluindo o alemão Friedrich Meinecke, o francês Jean Bodin e o próprio Thomas Hobbes. Portanto, Hobbes não é o único historiador que define o Congresso de Westfália como esta primeira relação formal. Essa definição, amplamente aceita pelos historiadores, reflete os princípios fundamentais que foram estabelecidos no congresso. Segundo Kissinger (2016, p. 314), ao encerrar a Guerra dos Trinta Anos, o Congresso de Westfália, "marcou o início da era dos estados-nação".

Além desses princípios supracitados, os Tratados de Westfália também contribuíram para o desenvolvimento do conceito de equilíbrio de poder. Esse conceito, que defende que a paz duradoura é mais provável de ser alcançada quando não há um único Estado dominante, foi adotado por outros congressos internacionais, como o Congresso de Viena (1815) e o Tratado de Versalhes (1919).

A Política Internacional e a soberania dos Estados-Nação

Nota-se, então, o fator fundamental das relações diplomáticas para o estabelecimento formal da soberania dos países, lançando, através do Congresso de Westfália, as bases do sistema internacional moderno, criando assim, o que conhecemos por Política Internacional. A natureza da política internacional é complexa e multifacetada. Ela é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a natureza do sistema internacional,



as características dos Estados, os interesses dos atores internacionais e as mudanças globais.

Ao pensar o sistema internacional como o conjunto de Estados e organizações que interagem entre si. Ele caracteriza-se por uma ausência de autoridade central, o que significa que os Estados são livres para perseguir seus próprios interesses. A natureza do sistema internacional tem um impacto significativo na natureza da política internacional. Em um sistema internacional anárquico, os Estados estão constantemente competindo entre si por poder e influência. Isso pode levar a conflitos e instabilidade.

No panorama político sistema internacional, o reconhecimento da soberania de um estado-nação, por outros que compõem esse jogo político, predirá as relações desse país no cenário global. Afere-se, por suposto, que sua participação na política internacional será efetiva trazendo risco à própria existência do Estado e, conseqüentemente, sua soberania.

A definição de soberania é um tema complexo e controverso, e não há um consenso universal sobre o que significa que um país tenha soberania. No entanto, teoricamente, um país soberano é aquele que tem o controle efetivo de seu território, população e governo. No entanto, existem muitos países no mundo que não têm sua soberania reconhecida por outros países no sistema internacional. Estes países são geralmente conhecidos como "nações não reconhecidas" ou "Estados não soberanos". Infere-se então, que o fator último para definir a soberania de um país é o reconhecimento por parte de outros Estados.



Os motivos pelos quais um país pode não ter sua soberania reconhecida são variados. Em alguns casos, a não-reconhecimento é devido a conflitos territoriais. Em outros casos, é devido a diferenças políticas ou ideológicas. Em alguns casos, é devido a fatores históricos ou culturais. Alguns exemplos atuais de Estados não soberanos são; Taiwan, uma ilha do Oceano Pacífico que é reivindicada pela China como parte de seu território. Taiwan é um país independente de facto, mas não é reconhecido pela maioria dos países do mundo; Kosovo, uma região do sudeste da Europa que é habitada por um povo de origem albanesa, declarou sua independência da Sérvia em 2008, mas não é reconhecido por todos os países do mundo; Abkhazia, uma região da Geórgia que declarou sua independência em 1992, um país independente de fato, mas não é reconhecido pela maioria dos países do mundo.

Há também casos como o Curdistão, uma região histórica do Oriente Médio que é habitada por um povo de origem curda, o Curdistão não é um país independente, mas é dividido entre cinco países: Irã, Iraque, Síria, Turquia e Armênia; e a Palestina, uma região do Oriente Médio que é habitada por um povo de origem árabe. A Palestina não é um país independente, mas é reivindicada por um movimento nacionalista palestino.

São exemplos de países que não possuem voz ativa ou representação própria no cenário internacional por não terem sua soberania reconhecida. A diplomacia mostra-se, então, essencial para a defesa da soberania do estado, pois permite que ele represente seus interesses no cenário internacional. Em alguns casos, os países não reconhecidos podem



estabelecer relações diplomáticas plenas com outros países. Isso pode incluir o estabelecimento de embaixadas, consulados e outras representações diplomáticas. Por exemplo, Taiwan tem relações diplomáticas plenas com 17 países, incluindo Estados Unidos, Japão e Austrália. Mesmo que haja relações diplomáticas entre estados-nação e nações não reconhecidas, estas provam-se complexas e desafiadoras. No entanto, esses relacionamentos podem ser importantes para promover a cooperação e o diálogo entre os países envolvidos.

Considerações Finais

Dada a essencialidade da diplomacia no sistema internacional vigente, conclui-se que, por mais que sua origem remonte à civilizações primevas, o Congresso de Westfália, realizado em 1648, é considerado o marco na história da diplomacia. Estabelecendo os princípios fundamentais do sistema internacional moderno, incluindo a soberania dos Estados, a igualdade entre as nações e a não intervenção em assuntos internos. Princípios, estes, que influenciaram a natureza da Política Internacional desde então. Assim sendo, a diplomacia prova-se um fator essencial para a manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como para a promoção da cooperação entre Estados.

Considerando a soberania dos Estados um princípio fundamental da Política Internacional e o sistema internacional como anárquico, na teoria realista, os Estados soberanos são independentes e têm o direito de conduzir suas próprias políticas internas e externas. A diplomacia é uma ferramenta essencial para a proteção da soberania dos Estados, ajudando a resolver conflitos entre Estados, evitando a guerra; esta, como ameaça



última à soberania dos Estados, pois pode levar à perda de território, à perda de independência e à perda de vidas.

A diplomacia também pode promover o desenvolvimento econômico e social dos Estados. A cooperação entre Estados pode levar a acordos comerciais, à troca de tecnologia e à assistência humanitária. Esses acordos podem ajudar a fortalecer a economia e a sociedade dos Estados, o que fortalece sua soberania. Ademais, sem que haja o reconhecimento da soberania de um Estado por outros estados-nação, não é comum o estabelecimento de relações diplomáticas por meio deste, privando a participação do Estado não reconhecido a política internacional.

Portanto, a diplomacia é um fator fundamental para a manutenção da soberania de Estados Nacionais, não somente tratando da resolução de conflitos, a promoção do desenvolvimento econômico e social e a cooperação entre Estados, mas também incluindo os Estados no cenário político internacional.



Referências

- ANDERSON, Matthew Smith. *The Rise of Modern Diplomacy 1450-1919*. London: Longman, 1993.
- CHABOD, Federico. *A diplomacia na Itália renascentista*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- KISSINGER, Henry. *O Congresso de Vestfália: o fim da Guerra dos Trinta Anos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1968.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principe*. 1ª ed. Florença: Giunti, 1513.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. 1ª ed. Florença: Giunti, 1531.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Dell'arte della guerra*. 1ª ed. Florença: Giunti, 1521.
- MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.
- NICOLSON, Harold G. *A diplomacia: suas origens, funções e evolução*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1954.
- PLATÃO. *A República*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 7. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
- SCHMITZ, Karl-Heinz. *A formação da diplomacia moderna: a diplomacia no contexto das transformações da primeira modernidade*. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Internacional*, v. 6, n. 2, 2019.
- TALLARICO, Rafael; RIBEIRO, Sirlei de Brito. *Soberania e Diplomacia: Perspectivas Contemporâneas no Pensamento de Henry Kissinger*. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.



WALTZ, Kenneth N. Teoria da Política Internacional. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2001.

WALTZ, Kenneth N. O Homem, o Estado e a Guerra: Uma Análise dos Instrumentos de Força, Coerção e violência. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2001.

WILSON, Peter H. O Congresso de Vestfália. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

